

A COMISSÃO RONDON E A CONQUISTA ORDENADA DOS SERTÕES: ESPAÇO, TELÉGRAFO E CIVILIZAÇÃO*

Laura Antunes Maciel**

Resumo

Este artigo discute questões relativas à construção de linhas telegráficas pela Comissão Rondon no oeste brasileiro, nos primeiros anos do século XX, e as interpretações, imagens e significados elaborados por engenheiros, militares e técnicos sobre os “sertões” desbravados. A partir de noções como “sertão”, “civilização”, “fronteira” e “progresso”, esses profissionais orientavam suas análises, classificavam os espaços “desconhecidos” e definiam uma “identidade físico-geográfica” para a nação brasileira.

Palavras-chave

Civilização; espaço; cultura; nação; progresso.

Abstract

This article discusses questions related to the construction of telegraphic wires by the Rondon Commission in the Brazilian west, in the early years of the 20th century, and the interpretations, images and meanings elaborated by engineers, military officers and technicians on the tamed 'hinterlands'. Based on notions such as 'hinterland', 'civilization', 'frontier' and 'progress', these professionals guided their analyses, classified 'the unknown' spaces and defined a 'physical-geographic identity' for the Brazilian nation.

Keywords

Civilization; space; culture; nation; progress.

* Este artigo é uma versão resumida e modificada de um capítulo de minha tese de doutorado, *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. São Paulo, PUC-SP, 1997.

** Departamento de História da Unesp/Assis.

Constituída nos anos finais do Império, a “Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso” – denominação oficial da “Comissão Rondon” – esteve sob o comando do engenheiro-militar matogrossense Cândido Mariano da Silva Rondon, desde 1900 até sua extinção formal, em dezembro de 1930. Durante esse período, duas grandes expedições militares foram organizadas para expansão da rede telegráfica nacional, desmembradas em diversas etapas, seções e expedições menores. O espaço geográfico onde desenrolou-se a história dessa Comissão começa no sul do estado de Mato Grosso (1900-06), atravessa o então noroeste desse estado – hoje estado de Rondônia, homenagem póstuma ao seu “desbravador” – e percorre o extremo sudoeste do Amazonas – hoje estado do Acre – (1907-1915), sem chegar, no entanto, ao destino previsto, Manaus.

Compreendendo o interior do país como um vasto espaço vazio, em branco, habitado por populações ainda “arredias à civilização”, que representavam barreiras ou limites ao avanço da República, os engenheiros militares ligados à Comissão Rondon defendiam a necessidade de ocupar esses espaços e dilatar as “fronteiras da Pátria” como um dever do Estado a ser conduzido pelo exército “as forças armadas da nação”.

Filiados a uma tradição do pensamento positivista e evolucionista, eles defendiam uma perspectiva civilizatória do progresso técnico-científico em que a comunicação telegráfica despontava como um dos mecanismos para manutenção da ordem pública. Engenheiros, militares e técnicos da Repartição Geral dos Telégrafos-RGT, compartilhavam concepções segundo as quais o telégrafo elétrico deveria desempenhar funções de “precursor do progresso”, de uma “sonda” a perscrutar regiões desertas e desconhecidas, auxiliando nos trabalhos de exploração e, principalmente, como instrumento de administração e governo.

Preocupados com a incorporação de territórios – como a região do Alto Purus, Juruá e Acre –, com a necessidade de garantir o efetivo controle sobre populações dispersas em regiões de fronteiras, distantes e abandonadas pelo poder central, esses profissionais recomendavam que a “conquista do sertão” deveria constituir “um programa de governo”.¹ Ao lado das ferrovias e rodovias, o telégrafo elétrico – um me-

1 F. Bhering. *A propósito da jurisprudência telegráfica*. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger, 1915. p. 28. Professor e engenheiro da RGT, publicou outros estudos defendendo a construção de linhas telegráficas ligando Mato Grosso, Amazonas e os territórios do Acre, como medida necessária à manutenção da estrutura da própria República. Euclides da Cunha, que esteve na região amazônica como chefe da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus, em 1904-5, também alertou para o risco que representava a presença de milhares de migrantes, distantes do litoral e abandonados à própria sorte; ele previa

canismo rápido e eficiente de comunicação – deveria levar a palavra e a ordem para todo o território nacional, tornando visível e atuante o poder e a autoridade do governo da República.

Se, no passado, os bandeirantes teriam sido os “criadores da geografia pátria”,² no alvorecer do século XX cabia à engenharia – com o telégrafo e a estrada de ferro – orientar a penetração e a ocupação da hinterlândia brasileira. A crença no papel transformador da ferrovia e do telégrafo,³ capazes por si mesmos de povoar e “civilizar” os locais mais ermos e distantes, não era nova e impregnou com frequência o ideário do poder local, ocupando durante longo tempo os estadistas brasileiros desde o Império. Com a República, esses dois produtos da técnica e do engenho humano transformar-se-iam em pontos de apoio para o sonho nacionalista de *conquista ordenada* dos territórios do Brasil central:

Para o nosso Brasil Central não temos outro processo a empregar na consecução do seu povoamento. (...) modifique-mo-lo, cruzando-o de estradas e telégrafos em todos os sentidos, porque constitui ele o *coração da nossa grande Pátria* e o futuro celeiro da Terra. Para isso, porém, *será preciso, antes de tudo, que o governo desbrave, preparando sistematicamente a colonização futura* destas paragens ...⁴

Nessa defesa apaixonada das potencialidades futuras do Brasil Central, explicada em parte pela sua origem mato-grossense, Rondon explicita o caráter ambicioso das

que acabariam formando “uma outra nacionalidade”, desligando esse trecho da Amazônia do restante do país “naturalmente e irresistivelmente, como se despega um mundo de uma nebulosa”. Euclides da Cunha. “Entre o Madeira e Javari”. In: *Contrastes e confrontos*. Rio de Janeiro, Record, 1975, p. 159.

- 2 F. de Azevedo. *Um trem corre para o oeste*. Estudo sobre a Noroeste e seu papel no sistema de viação nacional. São Paulo, Melhoramentos, s/d., p. 65. Ver especialmente o Cap. II “Trilhos bandeirantes”.
- 3 Francisco Foot Hardman. *Trem fantasma – a modernidade na selva*. São Paulo, Brasiliense, 1988, particularmente nas pp. 97-115 e 117-185. Segundo o autor, esses dois artefatos industriais seriam as “armas” desse “empreendimento de conquista” que colocou “a engenharia militar a serviço da taxionomia do progresso”. Idem, p. 108.
- 4 Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. *Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão Geral de Engenharia (G. 5) do Departamento da Guerra*, op. cit., 2º Volume, p. 18. Grifos meus. Nesse mesmo trecho Rondon afirma que não inventou esse método, apenas seguia o exemplo dos “nossos irmãos da América do Norte” que empreenderam a conquista do seu *Far west* aliando a construção da ferrovia de Nova York a São Francisco, com 3.000 milhas de extensão, à ligação telegráfica pioneira, entre o Leste e o Oeste, realizada pela Western Union. Lembrava com frequência, também, as experiências das potências européias “que não cessavam de estender o fio metálico” nas suas vastas possessões além-mar.

tarefas reunidas pela Comissão, além de apresentar uma imagem orgânica e evolucionista, bem aos moldes da doutrina que professava. Na imensidão desértica e abandonada do Brasil central, o coração da Pátria ainda aguardava o momento de cumprir o seu destino; o telégrafo e as estradas – as artérias por onde circulariam o sangue da Pátria – uma vez construídas e interligadas injetariam o progresso material na região e levariam para o litoral um sangue novo, fortalecido pela ampliação do território e da nacionalidade, fazendo pulsar com mais força o coração da Pátria.

O telégrafo era, na visão de Rondon, uma etapa nesse processo de “tomada de posse desse sertão”. Uma conquista metódica, sistemática e ordenada: “a *exploração científica do território e a sua incorporação ao mundo civilizado* [eram] elementos convergentes de um só objetivo”⁵; através de projetos definidos e integrados, nos quais a colonização seria precedida pela ferrovia – “as paralelas de aço” – pela navegação, pela “canalização elétrica” e pela comunicação rápida e segura via telégrafo, pretendia-se um esforço de interiorização e “construção” do território nacional.

Levar aos “sertões” o transporte da palavra e das mercadorias significava expandir o “raio civilizador” do litoral ao interior desconhecido. É evidente que, além de “levarem” a civilização, ferrovia e telégrafo eram, também, “criadoras de terras”, produziam valor para o espaço, tornavam rentável, comercializável algo que antes era apenas espaço vazio e improdutivo. Ambos funcionavam como mecanismos para a criação de um “mercado de terras”, já que o espaço ao longo dos trajetos eram quase sempre reservados para o assentamento de colonos, favorecendo grilagens e estimulando processos de requisição de terras devolutas ao Estado.

Povoamento, ferrovia e telégrafo tornavam-se, para Rondon, estratégias militares ou instrumentos de “civilização” a serem conduzidos pelo pulso firme, mas também pacífico, do soldado, verdadeira “força desbravadora” e “elemento do progresso” para os “extensíssimos, incultos e desertos territórios de Mato Grosso e do Acre”. Cortar os sertões com vias férreas, rodoviárias e de telégrafo significava abrir caminho para sua ocupação produtiva, tarefas que só poderiam ser executadas pelo soldado e pelo Estado, já que pela iniciativa particular elas só se fariam mediante “pesadas garantias de juros e até subvenções”.

O telégrafo integrava, portanto, um grande plano da República nascente, para delimitamento, ocupação e “colonização militar” das fronteiras brasileiras com o Paraguai

5 E. de Viveiros. Op. cit., p. 221.

e a Bolívia e dos espaços “vazios” da Amazônia. Tratava-se, portanto, de uma estratégia definida no interior do Ministério da Guerra, a ser executada e conduzida por oficiais do exército, que conjugava o telégrafo e a ferrovia – instrumentos modernos de civilização –, para imprimir na natureza as marcas da tecnologia mais avançada. Afinal, segundo Rondon, a elevada meta da República seria “*desbravar esses sertões, torná-los produtivos, submetê-los à nossa atividade, aproximá-los de nós, ligar os extremos por eles interceptados, aproveitar a sua ferocidade e as suas riquezas, estender até os mais recônditos confins dessa terra enorme, a ação civilizadora do homem*”.⁶

Coerentes com esse ideário os relatórios e as memórias dos oficiais da “Comissão Rondon” foram construindo uma narrativa em que Rondon é caracterizado como um “novo bandeirante” a “descobrir” e “amansar” um território ainda virgem, “conquistando-o” para a civilização. Era comum, no entanto, que os oficiais da Comissão realizassem uma pesquisa cuidadosa sobre os estudos e reconhecimentos já produzidos sobre a região que iriam percorrer, antes de lançarem-se, qual novos bandeirantes, na aventura do “desconhecido”. Orientada por mapas e descrições elaborados por viajantes e cientistas desde o século XVIII, a Comissão tinha conhecimento prévio sobre o território, das dificuldades que encontraria pela frente, identificação dos rios navegáveis, as distâncias aproximadas a vencer, a localização de grupos indígenas, etc.

Muitas das nações indígenas cuja “descoberta” foi reivindicada e anunciada pela Comissão Rondon já haviam sido contatadas e descritas por aventureiros, aprisionadores de índios e “cientistas” de várias nacionalidades. Outro aspecto que merece ser apontado é o esforço da Comissão em demonstrar as diferenças de intenções e objetivos entre o seu empreendimento e as diversas expedições e viagens de estudos realizadas nessa região por estrangeiros. Na verdade, a Comissão começava a reclamar para si uma competência no trato das questões indígenas, no reconhecimento geográfico e no inventário do potencial da região, que a qualificava a exercer, sob o patrocínio do Ministério da Guerra, a administração desse território “descoberto” e a definição de estratégias para seu ordenamento.

Como faziam outras comissões geográficas, geológicas ou de fixação de limites, a função de “atribuir nomes” a acidentes geográficos reconhecidos pelo Estado era uma

6 Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. *Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão Geral de Engenharia (G. 5) do Departamento da Guerra*, pelo Cel. Cândido M. da S. Rondon. Rio de Janeiro, Papelaria Luiz Macedo, 1º Volume, pp. 6-7. Grifos meus.

das tarefas da Comissão Rondon. Muitos dos rios e serras explorados e representados em mapas eram apresentados como fantásticas “descobertas” que sucediam-se umas às outras, ao ponto de a Seção de Desenho da Comissão ser comparada “ao afã das oficinas de inventores”.⁷

Na verdade, muitas dessas “descobertas” não passavam de uma “troca” de nomes, expropriando, também por essa via, as populações indígenas e interioranas de um conhecimento sobre a região e da posse sobre seus territórios. Os relatórios da Comissão Rondon estão coalhados de referências a esta prática de alterar as denominações tradicionais, substituindo-as pelos nomes dados por fazendeiros e seringueiros ou, o que era mais comum, pelos nomes atribuídos por Rondon em homenagem a datas, a personagens históricos ou a amigos e parentes. Apagavam-se, deliberadamente, a memória e os vestígios dos vínculos culturais dessas populações com o seu antigo território, construindo mapas nos quais as terras “descobertas” já figuravam com os novos nomes. Por exemplo:

Tive a inspiração de crismar o Caiamo-doguê-itugo-botuie [rio de ponta de flecha de caiapó, em bôroro] com o nome do Fundador da República, aproximando a majestosa grandeza de ambos. Declarei solenemente perante os companheiros de construção, entre os quais alguns índios: “quando a construção chegar a este rio, passará ele a chamar-se Benjamin Constant”.

(...) o rio cuja parte superior tinha sido chamada rio da Dúvida, nos mapas da Comissão a grande parte que acabávamos de percorrer, o rio que os seringueiros chamavam Castanho e o Baixo Aripuanã eram todos um só e grande rio (...) por ordem do Governo brasileiro, esse rio, o maior afluente do rio Madeira (...) inteiramente desconhecido dos cartógrafos e até, em grande parte, das próprias tribos locais, tinha recebido o nome de rio Roosevelt.

Encontramos o rio Festa da Bandeira, nome que déramos às águas de uma cabeceira por nós descoberta a 19 de novembro de 1912 (...). Segundo a correta informação dos Nhambiquaras – que a denominavam Carumicharu – [esse rio] desembocava no rio da Dúvida.

A 1º de abril [de 1912] atravessávamos os ribeirões Tanajura e Lira (...). E acabei descobrindo vastíssima região aberta pelo fogo das queimadas de antigas roças de índios, uma sucessão de campos indígenas aos quais chamei “Campos 14 de Abril” e através dos

7 Capitão Francisco Jaguaribe Gomes de Matos. *A Comissão Rondon nas festas comemorativas do Bicentário de Cuiabá*. s/l, Oficinas Gráficas de A Política, s/d, s/p. Criada em 1910, a Seção de Cartografia e Desenho, era responsável pela fiscalização das cadernetas de campo e dos levantamentos, pela elaboração das plantas e toda a representação gráfica dos trabalhos realizados pela Comissão.

quais resolvi lançar a linha (...) [o que] permitiria estabelecer magníficas invernadas para o gado que tivesse de ser transportado de Mato Grosso para a Amazônia.

Tínhamos a 24 de março embarcado nas canoas para reconhecer uma cachoeira que se anunciava pelo fragor, quando *descobrimos um rio (...) a que foi dado o nome de Taunay* – explorador, soldado, senador, escritor, autor de “Inocência” (...). Fiz lavar uma árvore, pujante de seiva e de vida – em seu cerne duradouro inscrevemos as palavras: Rio Taunay. Homenagem da Expedição Roosevelt-Rondon a 156.280 metros do passo da linha telegráfica. 24 de março de 1914.

Também os Paresí se referem a lugares renomeados por Rondon como o local adiante da estação Vilhena [onde trabalhadores tentaram matar Rondon] e que passou a chamar-se “Promoção” “*porque foi lá onde ele recebeu a promoção dele*” [a Tenente-Coronel].⁸

Renomeando rios, serras e campos, a Comissão ia apropriando-se de espaços, memórias, culturas e conhecimentos, ao mesmo tempo que conhecia, mapeava e imprimia suas marcas sobre a região. A renominação e a locação de rios em mapas muito bem feitos significavam a incorporação de um espaço dito “vazio” ou inexplorado à administração do Estado republicano, constituindo um “território nacional” que funcionou, muitas vezes, como estratégias para a grilagem e a alienação de terras “devolutas”. Essas mudanças de nomes são procedimentos típicos de poderes e culturas em expansão, para os quais a divulgação de uma nova cartografia da região era fundamental como “garantia” de sua legitimidade.

A Comissão Rondon, de cuja atuação resultaria o reconhecimento e incorporação de uma região até então “inexplorada”, incorporou também como sua tarefa a construção simbólica desse território⁹ elaborando um “mapa nacional”. Produzir diferenças que constassem nos mapas como informações verdadeiras e confiáveis, eis a função de um

8 Essas citações encontram-se, pela ordem de referência, em: Esther de Viveiros. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1958, pp. 136, 409, 398, 355 e 403; a última delas está em: M. de F. Roberto. *Índios de Rondon. Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Wáimare e Kaxíniití, grupos Paresí*. *Índios de Rondon*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, 1994, p.80. Grifos meus.

9 Se pensarmos que um mapa não coincidirá nunca com o território representado, sendo sempre parcial e simbólico, cabe perguntar “quais são as partes do território que são transferidas para o mapa? (...) se o território fosse uniforme, nada seria transferido para o mapa, a não ser os seus limites (...). O que realmente é transferido para o mapa é a diferença, seja ela uma diferença de cotas, de vegetação, de estrutura demográfica, de superfície, enfim, de qualquer tipo. São as diferenças que são produzidas no mapa”. Cf. Bateson, G. “*Steps to ecology of mind*”, apud Canevacci, Massimo. *A cidade polifônica*. São Paulo, Nobel, 1993, p. 25.

mapa. Sendo assim, pode-se pensar no trabalho cartográfico da Comissão como uma cartografia das diferenças produzidas no decorrer da conquista, capaz de se sobrepor a elas e construir um mapa homogêneo e reconhecível da nação.

A própria concepção de “desbravamento” enquanto ato ou efeito de explorar, penetrar, abrir, tornar manso ou domar, pressupõe a vontade de agir e o apoio de medidas de força, vindo sempre atrelada a uma idéia de “defesa” que por sua vez está associada a tarefas em que a intervenção estatal, sobretudo a militar, era um suposto. Outro pressuposto, da ação militar desenvolvida pela Comissão Rondon, é o de “integração”, pensado como o ato de juntar, anexar, tornar parte de, aplicado aos processos de conquista de territórios. Desbravar e integrar sintetizam o projeto de conquista de territórios e culturas, sob a República, empreendido pela Comissão Rondon.

E a integração do Noroeste brasileiro iniciaria, em 1907, com a continuidade da linha telegráfica de Mato Grosso ao Amazonas, acompanhando o auge da exploração das grandes florestas de látex e dos mais produtivos seringais do país na região do rio Sangue e Arinos – afluentes do Juruena – e o crescimento da participação do estado de Mato Grosso no mercado internacional da borracha. Essa região, incrustada em pleno sertão mato-grossense, no território dos índios Paresí, constituía uma grande área de terras devolutas, além da vila de Diamantino, cuja posse dependia de concessão estadual. Seguindo as picadas, as explorações geográficas e a construção das linhas telegráficas logo vieram os barracões, os seringueiros, e uma outra cultura. Aos Paresí restou os internatos e escolas da Comissão e o trabalho compulsório na linha. Batizando a primeira estação construída, em 1908, nessa região com o nome Parecis, a Comissão assinalava a definitiva expropriação desse grupo conhecido, a partir de então, como os “índios de Rondon”.¹⁰

Paralelamente aos trabalhos de construção da linha, das estações telegráficas e de estradas e pontes, a Comissão Rondon deveria realizar a exploração e a documentação “científica” do território, utilizando-se dos conhecimentos técnicos e equipamentos mais recentes e modernos disponíveis. Entre as prioridades definidas estavam a realização de

10 Cf. M. de F. R. Machado, op. cit., pp. 210-14. Os índios entrevistados pela autora são descendentes dos primeiros grupos Paresí contatados pela Comissão Rondon, ainda em 1907. Criados nos orfanatos e escolas indígenas mantidos pela Comissão em duas estações telegráficas, eles foram treinados para serem telegrafistas, guarda-fios, tropeiros, balseiros e trabalhadores braçais nas estações telegráficas construídas no sertão. A partir de 1915, quando a linha até Santo Antônio foi inaugurada e começou a funcionar, sob a administração e conservação da Comissão Rondon, eles constituíam o grosso dos empregados desse Distrito Telegráfico Provisório.

estudos com as respectivas plantas, mapas e “tabelas de latitude e longitude, distâncias e altitudes” de todos os rios explorados e das linhas; os estudos da região “sob o ponto de vista da sua defesa, do traçado de vias de comunicação para a fronteira, da navegabilidade dos rios”; o levantamento de informações sobre “o valor do terreno explorado, sua topografia e estatística, *especialmente relativa às nações de índios* da zona que a linha atravessar”; e, ainda, os estudos sobre a “natureza do terreno, quanto à sua utilização para a lavoura ou indústria pastoril [e] os produtos extrativos, principalmente os minerais”.¹¹

Chamam a atenção o volume de informações e o nível de detalhes proposto para o (re)conhecimento da região e, particularmente, a periodicidade com que essas informações deveriam ser encaminhadas, o que aponta para um movimento organizado de tomada de posse e para uma certa urgência em conhecer e reordenar a região. Para dar conta de todas as suas atribuições a Comissão aos poucos incorporou botânicos, zoólogos, geólogos e etnógrafos das mais renomadas instituições de pesquisa do país como o Museu Paulista e o Museu Nacional.¹² Essa instituição, da qual Rondon tornou-se membro honorário na década de 20, foi escolhida por ele para ser o “arquivo dos documentos” da Comissão, com os objetivos de coligir e analisar os materiais recolhidos durante anos de expedições, divulgando seus resultados através de conferências, palestras e publicações.

Esse caráter “científico”, reivindicado pela Comissão, e a presença de profissionais de renome em suas expedições, construindo uma rede de apoio mútuo, garantia maior credibilidade ao inventário que ela realizava sobre as potencialidades existentes no interior do Brasil desconhecido e que aguardariam apenas a sua revelação ao mundo para que indivíduos e empresas se mobilizassem para sua exploração.

11 Cf. “Instruções pelas quais se deverá guiar o chefe da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (...)”. In: *Relatório da Repartição Geral dos Telégrafos do ano de 1907* apresentado ao Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas pelo diretor geral interino Euclides Barroso. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1909, pp. 30-4.

12 Entre esses profissionais e “cientistas” estavam os botânicos Frederico Carlos Hoehne, do Museu Paulista, que acompanhou a Comissão de 1908-18, e João Geraldo Kuhlmann, desde 1914; Alípio de Miranda Ribeiro, professor do Museu Nacional e zoólogo da Comissão entre os anos 1908-10; Roquette-Pinto, professor de Antropologia do Museu Nacional, tendo sido também seu diretor (1926-36); além de ter contado com a participação de outros colaboradores, do porte, por exemplo, de Adolfo Lutz e Oswaldo Cruz.

Ao contrário de intelectuais e cientistas seus contemporâneos, como Monteiro Lobato, ou dos higienistas de Manguinhos, por exemplo, para os quais o interior brasileiro era o retrato do atraso, da doença e da ignorância, Rondon defendia a positividade do sertão, discordando, inclusive, daqueles que defendiam a imigração como única maneira de povoar o território, afirmando que os índios, desde que “pacificados” e “civilizados”, seriam os melhores guardiães das fronteiras nacionais.

As pesquisas que realizaram sobre os grupos indígenas, os sertanejos ou caboclos, seus modos de vida e produção, línguas e costumes, colhendo dados antropométricos, objetos e utensílios, buscavam produzir uma outra imagem do homem do interior: um exemplar típico da raça, resistente às intempéries e às duras condições de vida e trabalho, resignado e, ao mesmo tempo, intrépido e corajoso, um legítimo bandeirante. Esses homens, que ainda viviam despreocupados com um trabalho e com um tempo ordenados, distantes de quaisquer dos hábitos modernos e civilizados, não eram inferiores nem incapazes, apenas careciam de educação e de uma organização científica para transformarem-se em sujeitos aptos a serem incorporados, como trabalhadores produtivos, à sociedade nacional.

Os estudos geográficos realizados para construção das linhas e o “conhecimento exato que a Nação teria da existência das tribos indígenas que fossem encontradas” serviriam, de acordo com Rondon, para avaliar as vantagens ou desvantagens do povoamento imediato da região explorada, e apenas isso já seria um conhecimento de alto valor para a administração superior da nação, sob o ponto de vista social, político e econômico. Além disso, assegurava, em pouco tempo, que um “grande número de patrícios nossos aborígenes” poderiam ser integrados ao “patrimônio nacional” juntamente com um extenso e rico território.

Sob a proteção “fraternal republicana”, em curto tempo os índios estariam aptos para estabelecer uma “relação de associação com o Estado”, da qual resultaria “uma rápida incorporação do indígena à nossa sociedade”. Os resultados ou, melhor dizendo, os lucros advindos dessa parceria seriam imensos, já que a “exploração industrial, carente de braços aclimatados no interior das terras sertanejas, encontraria (...) os elementos essenciais do seu incremento, *dentro das próprias forças nacionais*”.¹³

13 Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. *Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão Geral de Engenharia (G. 5) do Departamento da Guerra*, op. cit., v. 2, “Conclusão geral”, pp. 97-8.

Descobrimo, “amansando” e “fecundando” o interior do país, a linha telegráfica que atravessou Mato Grosso rumo ao Amazonas e Acre, deveria fixar, ao longo de sua extensão e em torno de cada estação telegráfica inaugurada, um núcleo de povoamento para “localizar” a população nacional dispersa pela região e “atrair” os índios, conquistando-os para a civilização. Através do telégrafo, da abertura de estradas de rodagem, da instalação das primeiras lavouras e núcleos de criação de gado, Rondon pretendia “entregar à Pátria não só um território até aí desconhecido, como também *as populações (...) já mansamente afeiçoadas à nossa gente*, aptas para prosseguir espontaneamente na sua evolução”.

Estariam reunidos, assim, o território e o povo – as matérias primas para a construção da nacionalidade – ainda que necessitassem ser domados pela técnica ou convencidos desse projeto civilizatório. Imbuído das certezas positivistas, Rondon acreditava-se o próprio “mensageiro da civilização”, associando, ao trabalho técnico que realizavam, a missão de apressar a marcha evolutiva daquela região. A Comissão Rondon pode ser percebida como uma campanha de caráter militar, político, científico e tecnológico, com o objetivo de construir a nacionalidade até as regiões “vazias” do país.

No entanto, existiam discordâncias sobre a necessidade de construção dessas linhas telegráficas e sobre as razões que a justificariam. Um artigo do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, dá uma idéia do tipo de pressão sofrida pela Comissão:

“Mais de uma vez temos aqui discutido a absoluta inutilidade desse trabalho dispendiosíssimo, que ora é apontado como uma necessidade estratégica, ora como um serviço de real proveito no ponto de vista da exploração geográfica (...). A nossa tática de guerra, em nenhuma emergência próxima ou remota, precisará dessa fabulosa linha sem tráfego (...). Quanto à virtude da exploração geográfica, não teríamos dúvida em acreditar nela, si (sic), por trabalhos e volumes publicados, ou por memórias outras que não as retumbantes mensagens telegráficas do ilustre Sr. Cel. Rondon, tivéssemos uma prova real da eficácia e serventia da comissão sob esse ponto de vista”.¹⁴

Outros críticos zombavam de uma linha telegráfica que atravessava terrenos inóspitos, habitados apenas por índios “que não passavam telegramas”. Mesmo reconhecendo o crescente avanço do telégrafo sem fio, que antes da conclusão dos trabalhos da Comissão já ligava três pontos da região acreana a Porto Velho e Manaus, por meio de estações radiotelegráficas, Rondon continuava refutando as críticas dos adversários.

14 *Jornal do Comércio*, 13/11/1911. Museu do Índio/Funai, Sedoc, microfilme 324, fotograma 233.

No Brasil, insistia Rondon, o telégrafo não se desenvolveu, prioritariamente, para diminuir as distâncias na comunicação (agilizando o contato e a troca de informações), mas para penetrar, ocupar e conquistar territórios e povos inspirado nos exemplos dos EUA e na atuação de nações européias em suas possessões coloniais. Ainda que superado pela radiotelegrafia, o telégrafo elétrico era considerado por ele o melhor instrumento para incorporação de regiões desertas. A instalação de uma linha telegráfica exigia uma série de trabalhos complementares que, acreditava Rondon, deixariam “escancaradas as portas desses sertões [do noroeste], onde dantes não se podia penetrar senão com forte companhia armada”.

Porém, aqueles que se prendiam “exclusivamente das cogitações utilitaristas”, ao “simples afinamento de postes” e aos detalhes técnicos do empreendimento necessário para a travessia da Amazônia, advogavam através dos jornais a substituição do telégrafo convencional pelas estações de rádio. Afinal, ironizava,

com medo dos fantasmas de sofrimentos que os desertos levantam, quando poderosas empresas particulares se propõem a resolver as comunicações por outro meio mais lucrativo, esses espíritos são levados a opção do mais fácil e cômodo; e, às vezes, até do mais agradável, mas deixam de lado o que é patriótico para se agarrarem ao que parece simplesmente mais econômico; ocultando no fundo de todo esse capcioso raciocínio, o móvel egoístico da questão.

A natureza bruta em toda sua selvageria se impunha e desafiava esses engenheiros a transformá-la, criando com seu trabalho novas paisagens, culturas e populações. Todos os gastos se justificavam para “vencer os embaraços naturais” que a região oferecia, acreditando-se que “uma vez modificada”, ela permitiria “iniciativas mais profícuas através de *território mais adaptável à atividade industrial*”. Submeter esse território, domá-lo e conquistá-lo exigiria muito “engenho” por parte desses engenheiros, não apenas durante a construção da linha mas também para os trabalhos de conservação face à “exuberância florestal” da região.

Na opinião de Rondon, esta questão não poderia ser encarada como obstáculo ao avanço da linha, já que bastava “opor a esse poder a *modificação racional do terreno*”. Ou seja, tratava-se de substituir a vegetação alta original por outra – como o plantio de grama ao longo da picada – de modo a facilitar a conservação e diminuir os custos com pessoal de limpeza. Esse sistema, “*instituído com método, sistematicamente*, dentro de dez anos reduzirá a nada, aos seus verdadeiros termos, o grande receio que a vege-

tação da Amazônia inspira aos neófitos sertanistas e zelosos partidários da comunicação sem fios”.¹⁵

Modificar, domar e vencer a natureza através de uma intervenção metódica, planejada e sistemática, mais do que simples palavras são evidências da visão desses engenheiros militares sobre a natureza, pensada como matéria-prima a ser transformada pelo seu saber; ela é, em si mesma, o objeto de trabalho da engenharia. Nessa fala de Rondon já estão presentes, também, alguns princípios – o planejamento e a administração racional, elementos orientadores da ação do Estado na construção de obras públicas¹⁶ em décadas posteriores.

Fincar postes era apenas a face mais visível de um empreendimento político, social e administrativo muito maior, no qual as estradas, que cortariam esses sertões em todos os sentidos, junto com a linha telegráfica, deveriam penetrar num território onde até mesmo os pioneiros da borracha não ousaram entrar. Assim, as despesas com a construção da linha telegráfica para “penetração destas terras imensas, [representavam] *um saque contra o futuro*”, mas o “pagamento do juro [seria] seguro e (...) feito com usura”.

Além disso, sob o efeito dos trabalhos e da “rigorosa disciplina que a Comissão exerce, e a todo custo procura manter nestes sertões imensos, onde a ação da justiça e da lei não podia chegar e fazer-se respeitar”, essa região outrora tenebrosa e ameaçadora, onde só adentravam homens armados, seriam amansadas por essas maravilhas da engenharia que ali exerceriam sua atividade “útil e pacificamente”¹⁷.

Assim, os gastos crescentes ou os pedidos constantes de suplementação de verbas pela Comissão Rondon se justificariam dentro desse imaginário que pensa a expansão da idéia de nação, projeto que não é claro nem prioritário para muitos de seus críticos. Em 1912 a Comissão deu início à publicação dos resultados científicos dos trabalhos

15 Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. *Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão Geral de Engenharia (G. 5) do Departamento da Guerra*, op. cit., v.2, p. 100.

16 Sobre a formação dos engenheiros brasileiros a partir da segunda metade do século XIX, ver: F. F. Hardman. *Trem fantasma*, op. cit., pp. 93-6; e Simone Petraglia Kropf. “O saber para prover – a engenharia de um Brasil moderno”. In: M. e Pereira Herschmann. C. A. M. (orgs.) *A invenção do Brasil moderno*. Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, pp. 202-23.

17 Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. *Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão Geral de Engenharia (G. 5) do Departamento da Guerra*, op. cit., v. 2, p. 18 e pp. 98-102. Todas as citações anteriores referem-se a esta fonte.

realizados, compondo volumes fartamente ilustrados com fotografias sobre diferentes áreas do conhecimento, distribuídos no Brasil e exterior, de forma que a divulgação dos resultados fosse quase simultaneamente à conclusão dos trabalhos, constituindo a “prova real” para garantir a continuidade da Comissão.

Paralelamente ao avanço da linha a Comissão divulgava os sinais da sua presença na região: a picada com 40 metros de largura rasgada na mata, que já podia ser considerada uma primeira via de penetração; a estrada de rodagem, com 435 km, já em tráfego entre o Porto dos Bugres [que se transformaria mais tarde na cidade de Barra dos Bugres] e Aldeia Queimada; os pontos de apoio já construídos – as 25 estações telegráficas, as invernadas de bois, as “grandes plantações de cereais, cana, banana, mandioca, cará, batata, araruta, ananás, verduras e legumes diversos [que] iam desenvolvendo-se rapidamente”. Acima de tudo destacava a estrada de rodagem que ligaria as estações; ela seria “a grande artéria pela qual o intercâmbio sertanejo se [faria] do Prata para o Amazonas... Esta é a promissora – *Avenida da Liberdade* – pela qual ansiosos esperam os escravizados seringueiros”.

A autonomia das estações telegráficas e do pessoal técnico nela empregado, que dependia de suprimentos transportados em lombos de burros, era planejada promovendo a criação de vacas de leite, suínos e aves, com o fomento da agricultura através da distribuição de sementes de todo tipo, inclusive entre os índios, de forma a diminuir as agruras do sertão, zelar pela sorte desses “servidores incógnitos” espalhados ao longo do fio telegráfico, “de modo a não ver comprometida a personalidade moral da sociedade sertaneja, que assim instituímos neste território descoberto”.¹⁸

“Amansar” as populações que já habitavam esse vasto território e atrair outras capazes de tornar realidade o projeto de incorporação ordenada e produtiva dessa região são os desdobramentos da missão civilizadora de Rondon. Estas tarefas já constavam nas atribuições definidas nas instruções que organizaram os trabalhos da Comissão, facultando ao seu chefe a requisição de um destacamento militar a ser instalado em cada uma das estações telegráficas construídas nos sertões além de Diamantino, em Mato Grosso, “a fim de garantir o pessoal e material da conservação ali estabelecidos”. As estações construídas a partir desse ponto, não deveriam nunca distar mais de 90 km

18 Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. *Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão Geral de Engenharia (G. 5) do Departamento da Guerra*, op. cit., v.2, p. 101. A citação seguinte encontra-se em Esther de Viveiros. *Rondon conta sua vida*, op. cit., p. 306.

umas das outras, para facilitar a conservação da linha “e o povoamento da zona atravessada”, autorizando Rondon a entender-se diretamente com o presidente do estado de Mato Grosso para estabelecer “colônias em torno de cada estação, devendo a Comissão medir e demarcar lotes para os colonos”.

Mais que uma simples idéia de povoamento, no sentido de tornar habitado e prover a região de moradores, o que estava em gestação era um projeto de colonização, com o assentamento de colonos em lotes, juntamente com destacamentos militares, voltados para a produção agrícola sob a autoridade direta da Comissão. Começava a tomar corpo a idéia de que “governar era povoar”, era ocupar o espaço que julgava-se “vazio”, era estimular o desenvolvimento da agricultura, considerada a única atividade capaz de fixar a população ao solo, “prendendo-lhe os interesses aos melhoramentos locais, habituando-a à ordem e ao trabalho” em oposição à indústria extrativa que mantinha as pessoas em “estado nômade” e dava às “regiões novas um aspecto de velhice e decadência”.¹⁹

A compreensão sobre o vazio explicita-se, assim, como a ausência de uma população disciplinada, habituada ao trabalho ordenado e regular, com moradia fixa, capaz de tomar em suas mãos a defesa do território contra os interesses dos países vizinhos. A própria “estabilidade das fronteiras” nacionais seria mais facilmente conseguida caso naquelas regiões predominassem a agricultura e a criação de gado, impossíveis de serem conseguidas com a “agitação febril” que cercava a extração da borracha, com grandes deslocamentos populacionais que perambulavam pelo território sem criar vínculos, sem ordem e sem reconhecer outra autoridade que não a do dono do barracão.

Assim, os trabalhos da Comissão podem ser vistos sob outro enfoque que não o da busca e conquista incessante do “novo” ou do caráter de “descoberta”, como seus integrantes gostavam de alardear. Procurou-se destacar aqui o seu papel de ordenadora desse território, do seu empenho enquanto definidora de um novo tipo de ocupação e aproveitamento dessas terras e da “pacificação” e estreitamento das relações entre os vários atores sociais dispersos nesses locais, que viviam arredios ou em conflito aberto com os representantes da ordem e da administração republicana. Trata-se, na verdade, de um projeto de tomada de posse assentado na sobreposição de um tipo de desenvolvimento e ocupação sobre outro, considerado atrasado, disperso, a-científico, improdutivo e que escapava ao controle do governo central.

19 Cf. F. Bhering, op. cit., p. 18.

É importante considerar também a teia de relações que se estabeleceram *entre* ou *a partir* da Comissão Rondon e esses outros organismos da administração pública federal que atuaram na mesma região e período, com objetivos semelhantes ou complementares, e que tiveram como inspiradores ou personagens centrais o próprio Rondon e o grupo de militares ligado a ele.

Sedentarizando e nucleando índios e brancos “dispersos” e errantes, a Comissão Rondon, e posteriormente o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais, criado em 1909 no interior do Ministério da Agricultura, cuja direção foi entregue a Rondon, buscaram circunscrever e delimitar as áreas de propriedade dos seringais, os “espaços” disponíveis para assentamento de colonos, as estações telegráficas e os postos do SPI. Estes últimos iriam funcionar como “espaços” transformados em “territórios” sob a administração da Comissão, verdadeiras escolas modelos para a formação de “trabalhadores nacionais” e cidadãos. A criação e atuação do SPI vincula-se às discussões sobre os modos de gestão e controle do acesso à terra e do espaço rural, às propostas de “regeneração agrícola”, com a divulgação de métodos de cultivo e do ensino agrônômico, de um lado, e de outro, traduz intenções republicanas de estatizar as ações relativas aos povos indígenas e outras populações descritas como nacionais.

Realizar a “proteção aos índios” em conjunto com a “localização de trabalhadores nacionais” compõe os dois lados da mesma moeda – regulamentar as relações entre o trabalho e o acesso à terra, garantindo o controle estatal sobre o território e os deslocamentos populacionais, através da criação de centros agrícolas e postos indígenas organizados com escolas, oficinas, campos de aprendizado, etc., não por acaso com maior número de unidades em Estados considerados “dispersores de população”.²⁰ Esse investimento na ordenação dos espaços internos do país não se descola dos projetos e preocupações de intelectuais, governantes e políticos que, diante dos crescentes problemas sociais existentes nas grandes cidades, buscaram arbitrar conflitos, tensões sociais e consolidar uma estrutura social baseada no mercado de trabalho assalariado e num rígido controle sobre a terra e a produção.

Em 1927, com a criação do Serviço de Inspeção de Fronteiras, diretamente subordinado ao chefe do Estado-Maior do Exército, Rondon foi chamado para, utilizando-se do conhecimento adquirido nas longas permanências no sertão, comandar as incursões

20 Toda a reflexão sobre o SPI apóia-se no trabalho de A. C. de S. Lima. *Um grande cerco de paz. Poder tutelar e indianidade no Brasil*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. UFRJ/Museu Nacional, 1992, especialmente os capítulos 4 e 5, pp. 104-203.

para proceder a minuciosa inspeção das fronteiras e estudar as condições para seu povoamento e segurança, trabalho a que se dedicou até 1934, atuando também nas negociações e tratados para definição dos limites com a Venezuela e Guianas.

Conjugaram-se, dessa forma, os esforços da Comissão Rondon – reconhecendo os longínquos confins do território nacional, colocando-os no mapa e ligando-os ao restante da nação brasileira através do telégrafo – aos do SPI, moldando uma população adequada para habitá-lo – porque já integrada e reconhecida pela nação; aos do Serviço de Inspeção de Fronteiras, que efetivou o deslocamento dessas questões para o âmbito do Ministério da Guerra. Estas funções auto-atribuídas, tanto pela Comissão Rondon quanto pelo SPI, inserem-se em uma tradição do pensamento brasileiro que se ocupou insistentemente com a *problemática da nação e da nacionalidade* durante os primeiros anos da constituição da República.²¹

Acreditava-se que, dessa forma, a nação se faria presente até onde chegasse o telégrafo: com a linha Mato Grosso ao Amazonas a rede telegráfica “levou” a nação para o oeste/norte do país, submetendo populações “dispersas” e o território virgem a um poder central, às ordens e à administração emanadas do litoral que o telégrafo e as estradas construídas se encarregariam de levar.

A República, antes distante e invisível, passa a ter concretude, aproxima-se através de instâncias diversas desse poder, como as estações telegráficas e os postos do SPI, imprime no espaço os símbolos de sua presença (fios, condutores, isoladores e construções), encena para populações nativas e/ou dispersas uma hegemonia cultural através de rituais cívicos no sertão – como o hasteamento e reverenciamento da bandeira nos acampamentos, as cerimônias para ouvir e entoar o hino nacional e para cultuar a memória dos heróis e datas da nacionalidade.

Essa expansão rumo ao Oeste não se faz sem uma tensão cultural permanente, em que a Comissão Rondon enfrenta as diferenças culturais entre brancos e índios, entre populações já “administradas” e “amansadas” e outras ainda afastadas da “civilização”, que passa pela questão do nacional, pela busca da identidade, pela idéia de nação e de República.

21 Ver entre outros: L. L. Oliveira. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo, Brasiliense, 1990; Renato Ortiz. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1984; e M. de S. Chauí. *Seminários: o nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1983; M. S. da Motta. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1992.

É nessa perspectiva que se explica a preocupação defendida por Rondon, reforçada com a participação de Roquette-Pinto na Comissão, de realizar um inventário de costumes, hábitos e modos de vida, tomar medidas antropométricas, realizar levantamentos ou “censos” de habitantes, identificar e documentar roupas, utensílios, habitações, fazer o registro de línguas indígenas, das expressões e da “língua popular”²² de brancos “arredios”, “localizados” durante os reconhecimentos e a construção da linha.

No caso dos índios, esses conhecimentos eram justificados como necessários ao bom e frutífero relacionamento, ou seja, para “fazer a paz” com eles era preciso antes conhecê-los, saber sua língua, estabelecer comunicação e, ao mesmo tempo, mostrar a superioridade do homem branco, de sua cultura e do seu modo de organização. Assim, a Comissão Rondon produziu também registros/documentos sonoros de temas musicais, lendas e cantigas coletadas por diversos antropólogos da Comissão, que seguiram a trilha aberta por Roquette-Pinto, em cilindros fonográficos incorporados ao acervo do Museu Nacional junto com as coleções etnográficas, além da produção e publicação de glossários, vocabulários e lendas indígenas.

Nessa linha de pensamento era prioritário também estudar a flora, a fauna, mapear o relevo, os recursos hidrográficos e geológicos, incluindo estudos sobre o clima, a salubridade, a vegetação, a fauna, etc. Pode-se compreender que estava em curso um projeto desempenhado pela Comissão no sentido de registrar, classificar, catalogar e decompor as partes constituintes da nação como forma de conhecê-la, torná-la palpável e reconhecível para todos os brasileiros, com a intenção evidente de construir a legitimidade que ainda faltava à República.

É clara a ênfase colocada na idéia de Ciência, na possibilidade de um conhecimento positivo, em que tudo pode ser apreendido, com base em um método que se orienta pelos procedimentos de dedução, de indução, de experimentação, de nomenclatura, de comparação e de classificação. Nada escapa ao olhar e ao controle da Ciência, tudo é estudável, apreensível e organizável, desde que se investigue. Através de procedimentos científicos podem-se separar o real do ilusório, o concreto, o palpável e o mensurável

22 Cf. expressão de Edgar Roquette-Pinto In: *Rondônia*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1919, p. 150. Esse livro, cuja primeira edição é de 1916, é resultado da participação do autor na expedição da Comissão Rondon, que entre 1910-12 atravessou o território dos índios Paresis e Nhambiquaras em Mato Grosso, registrada por Roquette também em filme. Grande entusiasta dos trabalhos da Comissão, sua participação se deu como antropólogo, cinegrafista, fotógrafo, etnólogo e etnógrafo.

do ideal, do romântico ou das vagas suposições, pois, afinal, graças à Ciência o homem “libertou-se do jugo da distância e do tempo”.²³

Durante toda a sua existência, a Comissão Rondon procurou apresentar suas realizações como resultado de um trabalho científico e ordenado sobre a região e suas populações, tendo como postulado básico a busca da ordem que é, por princípio, homogeneizadora e organizadora. Essa orientação se traduz nas marchas, nos acampamentos, no ritmo e na divisão do trabalho, na instalação de estações a espaço regular. Esse propósito é ainda mais visível na proposição da linha telegráfica como um eixo ou diretriz para orientar e articular o sentido da ocupação e colonização e na definição dos espaços aglutinadores do povoamento: uma estação, um destacamento ou posto indígena – guias ou pontos avançados da civilização.

A versão construída pelos seguidores de Rondon e a memória da atuação da Comissão e do SPI se afirmaram privilegiando sua prática de trabalho no sertão, como “pacificador” lidando com tribos hostis, o “criador” da “proteção fraternal republicana” aos índios, ou como “sertanista” e “desbravador” de regiões desertas e improdutivas, que abriu caminho para a verdadeira conquista do Oeste²⁴. Desbravar, amansar, domar os sertões e tudo que neles havia, inclusive os índios, eram decisões políticas de ocupação e conquista do espaço interior embasadas em desejos de ordem e progresso traduzidos, por sua vez, em atos de força, de vontade de subjugar e dominar e que hoje podem ser sintetizados numa única palavra: “sertanismo”.

Os propósitos que orientavam o programa de governo para os “espaços vazios” da nação, nos primeiros anos republicanos, transformar-se-iam no final dos anos 30 num conceito, derivado de sertão, designando tanto a atividade de se embrenhar no sertão em busca de riquezas como o saber sobre a região e os hábitos dos sertanejos, ambos incorporados como prerrogativas naturais dos oficiais do SPI e Serviço de Inspeção de Fronteiras, constituídas a partir da prática de campanha no sertão desenvolvida por Rondon.

A atuação da Comissão Rondon, e mais tarde seu desenvolvimento com o SPI, pode ser então pensada em termos de um processo de conquista e ampliação do território nacional capaz de gerar/produzir homogeneidades culturais inexistentes antes de sua intervenção. Das terras não delimitadas ou sujeitas a outros modelos de delimitação/de-

23 E. Roquette-Pinto, op. cit., p. 17.

24 Cf. A. C. de S. Lima, op. cit., p. 52.

marcação pretendiam criar um “território” com limites definidos, (re)conhecidos e respeitados por todos; de uma diversidade de populações “dispersas” e divididas em línguas, histórias e culturas diferentes buscaram produzir uma população homogênea, capaz de se reconhecer como uma unidade e parte de uma “comunidade nacional”, ainda que excluída dos direitos políticos.

Neste sentido, amansar sertões não significava apenas localizar as populações “dispersas” – índios, seringueiros e trabalhadores da própria Comissão – alvo de um investimento educativo e “civilizatório” para transformá-las em trabalhadores nacionais, ainda que não como cidadãos, mas apenas como brasileiros. Era também submeter o próprio território, que deveria passar de simples natureza indomável e improdutiva para uma terra com valor de troca, comercializável e produtiva. Sob a República, não se trata mais apenas de “consolidar a obra de Caxias”, mantendo a integridade física, como fez o Império, mas de ocupar os espaços vazios, torná-los produtivos, ordenar sua ocupação, povoar com a população adequada, levar a presença do poder e tornar palpável a idéia de nação e de República até os confins do território “nacional”.

Diminuir a “zona desconhecida” ou limitá-la – por um cinturão de vilas e povoados integrados por ferrovias e telégrafo – dentro da nação, eis a essência/utopia do projeto republicano desenvolvido pela Comissão Rondon. Encurtar distâncias, geográficas e culturais, padronizar tempos, disciplinar a ocupação do espaço foram as missões que estes homens se impuseram. A expansão do telégrafo e da nação “rumo ao oeste”, além do seu caráter estratégico e defensivo, só pode ser compreendida se recuperarmos essas pretensões que sinalizam para o desejo incontido de “desbravar” e “amansar” os sertões, de percorrer e dominar o território desconhecido, “plantando” nele o fio e os condutores da “civilização” via telégrafo.

Ao mesmo tempo que realizavam seu trabalho prático de exploração, de formulação de projetos de comunicação e viação, de arbitragem das fronteiras internacionais, engenheiros e militares “pensavam” sobre os problemas nacionais e interpretavam o Brasil à luz de suas teorias e experiências, refletiam sobre o espaço físico e também social do país, construíaam categorias de análise, modos de ver e conceber o espaço e as populações que os habitavam, elaborando um arsenal de imagens que impregnaram o debate político, a produção cultural e até o senso comum.

Noções como “sertão”, “civilização”, “fronteira” e “progresso”, ainda que não fossem de domínio exclusivo desses profissionais, faziam parte de seu imaginário, orientavam suas análises e investigações e cumpriam a função de classificar os espaços, conhecidos ou não, e definir a “identidade físico-geográfica da nação”. Como outros

grupos e instituições, eles pretenderam fazer avançar o conhecimento geográfico e a expansão das fronteiras nacionais como parte de um esforço mais amplo de constituição da Nação. Trabalhando elementos como a continentalidade do país, as riquezas naturais e as possibilidades econômicas dos sertões percebe-se, nesses estudos exploratórios, uma clara orientação em direção às “regiões de fronteira”.²⁵

Buscar a historicidade destas categorias permite acompanhar o processo de alteração de seus significados e, ainda, sua eficácia para a hierarquização dos espaços – físicos e sociais – internos e externos. Desse modo, é possível acompanhar como esses sujeitos interpretavam suas experiências, que significados atribuíam à sua atuação, que expectativas construíam e como avaliavam sua intervenção na região. O mais difundido deles e que mais significados absorveu/construiu foi a idéia de sertão²⁶. Designando diferentes regiões do país, variava conforme a localização espacial/social de quem o descreve, mantendo sempre três elementos comuns: a noção de distância em relação ao centro do poder, ao litoral ou à cidade; a noção de vazio, de deserto, de lugar despovoado, de espaço “em branco”; e a de oposição, ou limite, entre o desconhecido e o conhecido, além da idéia de distância do “centro”, da costa, do litoral, de lugar longínquo que perdurou do sentido português de ocupação colonial.

O conceito de civilização, segundo Williams, da forma como surgiu no século XVIII, expressava dois sentidos historicamente unidos: um Estado realizado, que se opunha à “barbárie” e, também, como o processo de desenvolvimento, que implicava processo histórico e progresso. Assim, a História assumiu essa perspectiva evolutiva como um desenvolvimento humano progressivo, no qual a evolução se dá através da razão, da compreensão esclarecida de nós mesmos e do mundo, que nos permite criar paulatinamente uma ordem social mais racional, superior, superando a ignorância e as formas sociais e políticas que as apóiam. “A História, nesse sentido, foi o estabelecimento progressivo de sistemas mais racionais e, portanto, mais civilizados”.²⁷ Essa idéia moderna de civilização condensa basicamente tudo aquilo que constitui a especificidade da sociedade ocidental, caracterizando fatos de natureza bastante diversa como

25 Cf. M. L. S. Guimarães. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 1, 1988, pp. 23-4.

26 Ver a respeito: J. Amado. Região, sertão, nação, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 15, 1995, pp. 145-52; e I. C. Barbosa. *Sertão: um lugar-incomum*. O sertão cearense na literatura do século XIX. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH/USP. 1998.

27 R. Williams. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, pp. 19-22.

o *seu* nível de desenvolvimento técnico-científico, o tipo de *suas* maneiras e comportamentos, as *suas* idéias e práticas religiosas, a *sua* cultura, etc., com base na idéia de evolução e de desenvolvimento progressivo.

Se a noção de “civilização” vem sempre referida como a etapa final de uma situação histórica, o fim da barbárie, a finalização do desenvolvimento histórico-social, pressupondo um avanço contínuo e inexorável, “civilizar” seria, então, o ato planejado de levar a civilização a espaços e grupos ainda “bárbaros” e “selvagens”. Essa concepção de uma “nova civilização” portadora dos ideais do progresso e da crença no poder das ciências nasceu nas cidades européias do século XIX, retirando de suas ruas e dos novos problemas urbanos então colocados os seus elementos constitutivos, associando por extensão a própria idéia de civilização ocidental aos espaços urbanos.

Se, no Império, ser “civilizado” era sinônimo de ser cristão e “servir” ao Imperador, com a República este conceito incorpora novos significados: a valorização dos conhecimentos e procedimentos científicos, a defesa da cultura como sinônimo de ilustração ou erudição e a incorporação de comportamentos e hábitos urbanos. Ser civilizado é um atributo positivo, indica qualidade e superioridade e, principalmente, carrega um sentido evolutivo de superação de fases ou etapas civilizatórias.

Assim, para aquele grupo de militares comandados por Rondon, a idéia de civilização se constrói como contraponto e por oposição ao sertão, sendo o primeiro uma característica ou qualidade de quem habita as cidades, de quem domina a técnica e integra uma “cultura nacional” e o sertão é, então, o lugar do atraso técnico, de maneiras e comportamentos antigos, da barbárie e violência, é o lugar da natureza ainda virgem e indomável, da negação da cultura e da civilização.

Nessa linha de raciocínio, à medida que a “civilização”, ou seja, a cultura – a serviço da República e da constituição da Nação –, avançasse Brasil a dentro, o “sertão” ou o “vazio” seriam empurrados para mais longe. E o papel de fazer avançar a civilização era creditado ao povoamento, à cidade, aos pioneiros, que à medida que fossem se instalando [ao longo das ferrovias e linhas telegráficas por exemplo] iriam submetendo o território selvagem, impondo-lhe suas normas e códigos, verdadeiros “focos civilizadores” que iluminariam com sua luz a escuridão do desconhecido, das matas fechadas e da ignorância.²⁸

28 Esta idéia é desenvolvida por Rama a partir de sua reflexão sobre a “conquista do deserto” na Argentina. Ver: A.Rama. *A cidade das letras*. São Paulo, Brasiliense, 1988, pp. 34-8.

Com argumentos deste tipo, engenheiros e militares justificaram as variadas formas de “conquista” do sertão e suas populações, pensadas como cruzadas civilizadoras, ao mesmo tempo que se começa a delinear, no interior do Ministério da Guerra, noções que incorporam a idéia de expansão do conhecimento sobre o território, formando uma consciência geográfica da nação, criando os instrumentos para sua ordenação e controle e para a defesa da soberania brasileira face aos países limítrofes.